

## COMENTÁRIOS AO PRIMEIRO SIMULADO

01

De acordo com a NBC TG 26 (R5), o conjunto completo de demonstrações contábeis NÃO inclui:

- a) Demonstração dos fluxos de caixa do período.
- b) Demonstração do resultado abrangente do período.
- c) Demonstração das origens e aplicações dos recursos.
- d) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Comentários:

O nosso gabarito é a letra c.

A DOAR não é mais uma demonstração obrigatória.

Demonstrações contábeis obrigatórias pelo CPC 26
Balanco Patrimonial
Demonstração do Resultado do Exercício
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Demonstração do Valor Adicionado

**Gabarito: C**

02

Uma sociedade empresária apresentou saldo inicial de caixa de R\$30.000,00 e saldo final de R\$22.000,00. Assinale a opção que representa a operação efetuada pela empresa que justifica a mudança no saldo:

- a) pagamento de dívidas no valor de R\$6.000,00 com encargos de R\$2.000,00.
- b) pagamento de dívidas no valor de R\$8.000,00 com desconto de R\$2.000,00.
- c) recebimento de direitos no valor de R\$6.000,00 com encargos de R\$2.000,00.
- d) recebimento de direitos no valor de R\$8.000,00 com desconto de R\$2.000,00.

### Comentários:

Se o saldo inicial de caixa era de R\$ 30.000 e o saldo final foi de R\$ 22.000, podemos concluir que houve **saída de caixa de R\$ 8.000**.

Precisamos verificar qual das alternativas representa consumo de caixa de R\$ 8.000, vejamos:

- a) pagamento de dívidas no valor de R\$6.000,00 com encargos de R\$2.000,00.

**Correto**, essa operação provocou a saída de caixa de R\$ 8.000.

b) pagamento de dívidas no valor de R\$8.000,00 com desconto de R\$2.000,00.

**Errado**, se efetuarmos o pagamento de dívidas de R\$ 8.000 com desconto de R\$2.000,00, a saída de caixa será de **R\$ 6.000**.

c) recebimento de direitos no valor de R\$6.000,00 com encargos de R\$2.000,00.

**Errado**, o recebimento de direitos R\$6.000,00 com encargos de R\$2.000,00 gera **entrada de caixa de R\$ 8.000**.

d) recebimento de direitos no valor de R\$8.000,00 com desconto de R\$2.000,00.

**Errado**, o recebimento de direito R\$ 8.000,00 com encargos de R\$2.000,00 gera **entrada de caixa de R\$ 6.000**.

**Gabarito: A**

### 03

Com relação à situação patrimonial, assinale a opção INCORRETA.

a) A compra de matéria-prima a prazo provoca aumento no Ativo e no Passivo.

b) A integralização de capital em dinheiro provoca aumento no Ativo e no Patrimônio Líquido.

c) O pagamento da compra de máquinas em dinheiro provoca redução no Ativo e aumento no Passivo.

d) O pagamento de fornecedores em dinheiro provoca diminuição no Ativo e no Passivo.

#### **Comentários:**

Vamos analisar cada alternativa:

a) A compra de matéria-prima a prazo provoca aumento no Ativo e no Passivo.

**Correto**, podemos representar a operação acima com o seguinte lançamento:

D - Matéria-prima (AC)

C - Fornecedores (PC)

b) A integralização de capital em dinheiro provoca aumento no Ativo e no Patrimônio Líquido.

**Correto**, vejamos o respectivo lançamento:

D - Caixa (AC)

C - Capital Social (PL)

c) **O pagamento da compra de máquinas em dinheiro provoca redução no Ativo e aumento no Passivo.**

**Errado**, quando ocorrer o pagamento da dívida com fornecedores, ocorre redução no ativo e também redução no Passivo:

D -Fornecedores (PC)

C - Caixa (AC)

d) O pagamento de fornecedores em dinheiro provoca diminuição no Ativo e no Passivo.

**Correto**, é o mesmo lançamento apresentado acima.

**Gabarito: C**

04

Em 31/03/2018, uma Sociedade Empresária contratou um seguro para veículos utilizados em atividades administrativas pelo valor total de R\$ 12.000,00 para vigência de 12 meses a partir da mesma data. O contrato determinava que 25% do prêmio deveria ser pago à vista e o restante em três parcelas iguais, mensais e consecutivas. Conforme o contrato, a Sociedade Empresária pagou os 25% do prêmio na mesma data de contratação.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, assinale, entre as opções a seguir, o lançamento contábil a ser feito pela Sociedade Empresária que reflete o registro dos fatos ocorridos em 31/03/2018.

A)	Débito: DESPESAS COM SEGUROS – RESULTADO Débito: CAIXA – ATIVO CIRCULANTE Crédito: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.000,00 R\$ 3.000,00 R\$ 12.000,00
B)	Débito: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE Débito: CAIXA – ATIVO CIRCULANTE Crédito: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.000,00 R\$ 3.000,00 R\$ 12.000,00
C)	Débito: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE Crédito: CAIXA – ATIVO CIRCULANTE Crédito: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000,00 R\$ 3.000,00 R\$ 9.000,00
D)	Débito: DESPESAS COM SEGUROS – RESULTADO Crédito: CAIXA – ATIVO CIRCULANTE Crédito: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000,00 R\$ 3.000,00 R\$ 9.000,00

**Comentários:**

Prêmio total	12.000,00
Entrada (25%)	3.000,00
Valor a prazo	9.000,00

O valor a prazo é lançado como seguro a pagar.

O valor à vista sai do caixa.

O total do prêmio fica como despesa de seguro antecipada, no ativo circulante, já que o prazo é de 12 meses.

Portanto, o lançamento é:

C)	Débito: PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR – ATIVO CIRCULANTE Crédito: CAIXA – ATIVO CIRCULANTE Crédito: SEGUROS A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 12.000,00 R\$ 3.000,00 R\$ 9.000,00
----	--	---

**Gabarito: C**

05

Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados relacionados à folha de pagamento mensal:

<b>Dados</b>	
Salários Brutos de pessoal administrativo	R\$20.000,00
INSS – Segurados/Empregados	8%
INSS – Empresa	20%

Informações adicionais:

## EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)

Para este caso, deve-se desconsiderar a incidência de outros componentes de remuneração ou de encargos sociais.

Esta situação não está enquadrada entre os casos de desoneração da folha de pagamento.

A Sociedade Empresária realiza as apropriações dos fatos, inclusive dos ajustes de saldos para conciliar com as guias emitidas para recolhimento, dentro do próprio mês de competência.

Os pagamentos são realizados no mês subsequente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, assinale a opção que contém, respectivamente, o valor do INSS, enquadrado no grupo Despesas com Pessoal, e o de INSS a Recolher, enquadrado no grupo Salários e Encargos Sociais.

- a) R\$4.000,00 e R\$4.000,00.
- b) R\$4.000,00 e R\$5.600,00.
- c) R\$5.600,00 e R\$4.000,00.
- d) R\$5.600,00 e R\$5.600,00.

### **Comentários:**

Vamos calcular o valor do INSS dos empregados e da empresa, respectivamente:

INSS empregados =  $20.000 \times 0,08 = R\$ 1.600,00$

INSS patronal =  $20.000 \times 0,20 = R\$ 4.000,00$ .

Porém, apenas o INSS patronal é despesa da empresa. O INSS dos empregados é encargos dos trabalhadores, e a empresa apenas tem a função de recolher aos cobres públicos.

Assim sendo, temos que:

INSS despesas = R\$ 4.000,00

INSS a recolher (total) =  $4.000 + 1.600 = R\$ 5.600,00$ .

### **Gabarito B.**

## 06

Assinale a opção que indica o evento cujo registro contábil aumenta simultaneamente o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

- a) Pagamento, em 20.11.2015, de prêmio de seguro com vigência de 1°.1.2016 a 31.12.2016.
- b) Aquisição, em 16.12.2015, de veículo para uso do setor de vendas, com pagamento para 2.2.2016.
- c) Recebimento, em 30.12.2015, de adiantamento de cliente, por conta de serviço a ser prestado em 15.1.2016.
- d) Apuração, em 31.1.2016, do ICMS devido no período, mediante compensação dos saldos a recolher e a recuperar.

### **Comentários:**

Para resolvermos essa questão iremos efetuar a contabilização de cada fato contábil apresentado e verificaremos os respectivos efeitos no Ativo Circulante e Passivo Circulante:

- Pagamento, em 20.11.2015, de prêmio de seguro com vigência de 1°.1.2016 a 31.12.2016.

D- Prêmio de Seguros a apropriar (AC)

C- Caixa (AC)

O lançamento apresentado **não** gera efeito no Passivo Circulante.

- Aquisição, em 16.12.2015, de veículo para uso do setor de vendas, com pagamento para 2.2.2016.

D- Veículos (Ativo Imobilizado)

C- Fornecedores (PC)

O lançamento apresentado **não** gera efeito no Ativo Circulante.

- Recebimento, em 30.12.2015, de adiantamento de cliente, por conta de serviço a ser prestado em 15.1.2016.

D- Caixa (AC)

C- Receitas Antecipadas (PC)

**Esse é o nosso gabarito**, pois tivemos aumento simultâneo de Ativo Circulante e Passivo Circulante.

- Apuração, em 31.1.2016, do ICMS devido no período, mediante compensação dos saldos a recolher e a recuperar.

O lançamento referente à compensação do ICMS é o seguinte:

D-ICMS a Recolher

C-ICMS a Recuperar

**Gabarito: C**

## 07

Uma indústria comprou matérias-primas no valor de R\$35.000,00. No total da nota fiscal de R\$36.750,00, estavam embutidos os seguintes impostos recuperáveis perante o fisco:

- IPI R\$1.750,00

- ICMS R\$6.300,00

- PIS R\$577,50

- COFINS R\$2.660,00

O valor do custo de aquisição que deve ser contabilizado no estoque de matéria-prima é de:

a) R\$25.462,50.

b) R\$28.700,00.

c) R\$35.000,00.

d) R\$36.750,00.

### **Comentários:**

Uma vez que a empresa é industrial, o IPI, ICMS, PIS e COFINS serão todos recuperáveis. Ficará:

$36.750 - 1.750 - 6.300 - 577,50 - 2.660 = 25.462,50$ .

**Gabarito: A**

08

Uma sociedade empresária possuía, em 1º.1.2012, os seguintes saldos em suas contas patrimoniais:

Capital Subscrito	R\$ 100.000,00
Capital a integralizar	R\$ 40.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.800,00
Reserva para contingências	R\$ 4.320,00

Durante o ano de 2012 ocorreram as seguintes movimentações:

Integralização de capital no valor de R\$15.000,00.

Lucro apurado no exercício no valor de R\$45.000,00.

Do resultado do período, 5% foi destinado à Reserva Legal, 12% à Reserva para Contingências e o restante para Dividendos a Pagar.

O valor total do Patrimônio Líquido ao final do ano de 2012 é:

- a) R\$68.770,00.
- b) R\$88.770,00.
- c) R\$126.120,00.
- d) R\$128.770,00.

**Comentários:**

O valor do patrimônio líquido antes das movimentações ocorridas era:

(+) Capital Subscrito	R\$ 100.000,00
(-) Capital a integralizar	-R\$ 40.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.800,00
Reserva para contingências	R\$ 4.320,00
Saldo inicial do Patrimônio Líquido	R\$ 66.120,00

Por seu turno, iremos analisar as movimentações ocorridas:

- Integralização de capital no valor de R\$15.000,00: aumento do PL em 15.000.
- Apuração do Lucro Líquido: aumento no PL de R\$ 45.000
- Constituição da Reserva legal:  $45.000 \times 0,05 = R\$ 2.250$ . = não gera aumento nem diminuição do Patrimônio Líquido. A alteração é apenas qualitativa, pois o saldo é transferido da conta Lucros Acumulados para a Reserva legal:
- Constituição da Reserva de Contingências:  $45.000 \times 0,12 = 5.400$ . = não gera aumento nem diminuição do Patrimônio Líquido.
- Destinação de dividendos a pagar =  $45.000 - 2.250 - 5.400 = R\$ 37.350$ . Esse fato contábil gera a **diminuição do Patrimônio Líquido em R\$ 37.350.**

Portanto, o saldo final do Patrimônio Líquido será:

Saldo inicial do Patrimônio Líquido	R\$ 66.120,00
(+) Integralização do Capital	R\$ 15.000,00
Lucro Líquido	R\$ 45.000,00
Destinação para dividendos	-R\$ 37.350,00
Saldo Final do Patrimônio Líquido	R\$ 88.770,00

**Gabarito: B**

**09**

Uma Sociedade Empresária comercial apresenta os seguintes dados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídos do seu Balancete de Verificação:

Custo das Mercadorias Vendidas R\$560.000,00

Faturamento Bruto de Vendas R\$800.000,00

ICMS sobre Vendas R\$93.000,00

Receita de Dividendos R\$70.000,00

Receita Financeira R\$30.000,00

Vendas Canceladas R\$25.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, o valor do Lucro Bruto a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:

- a) R\$122.000,00.
- b) R\$152.000,00.
- c) R\$240.000,00.
- d) R\$270.000,00.

**Comentários:**

Elaborando a Demonstração do Resultado do Exercício com os dados fornecidos, temos:

Demonstração do Resultado do Exercício	
Faturamento Bruto de Vendas	R\$ 800.000,00
(-) Vendas Canceladas	-R\$ 25.000,00
(-) ICMS sobre vendas	-R\$ 93.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 682.000,00

(-) Custo da Mercadorias Vendidas	-R\$ 560.000,00
Lucro Bruto	R\$ 122.000,00

As contas Receita de Dividendos e Receita financeiras foram inseridas somente para confundir, pois não interferem no cálculo do Lucro Bruto.

**Gabarito: A**

**10**

Uma Sociedade Empresária vendeu um imóvel de uso, à vista, por R\$200.000,00.

Na data da venda, a composição do valor contábil de R\$52.500,00 desse imóvel era a seguinte:

Custo de aquisição R\$ 500.000,00

Depreciação acumulada R\$ 350.000,00

Perda estimada para redução ao valor recuperável R\$ 97.500,00

Com base nos dados informados, o resultado líquido obtido com a venda do imóvel foi:

- a) ganho de R\$102.500,00.
- b) ganho de R\$147.500,00.
- c) perda de R\$150.000,00.
- d) perda de R\$300.000,00.

**Comentários:**

Para saber o ganho obtido com o imóvel é só subtrair valor de venda – valor contábil.

$R\$ 200.000,00 - R\$ 52.500,00 = R\$ 147.500,00$  (ganho)

**Gabarito: B**

**11**

Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados extraídos da contabilidade referente ao ano de 2015:

Receita de Vendas	R\$90.000,00
Variação positiva de Contas a Receber	R\$60.000,00
Pagamento a fornecedores	R\$20.000,00
Compra à vista de Ativo Imobilizado	R\$15.000,00

A variação de Contas a Receber deveu-se única e exclusivamente a recebimentos de vendas de mercadorias efetuadas no período. Com base nos dados apresentados, o caixa gerado nas atividades operacionais foi de:

- a) R\$10.000,00.



- b) R\$25.000,00.
- c) R\$40.000,00.
- d) R\$115.000,00.

**Comentários:**

O Fluxo Operacional será obtido pelo valor recebido pelas vendas subtraído do pagamento a Fornecedores.

Se a empresa efetua a venda de R\$ 90.000 e há aumento em contas a Receber de 60.000, podemos entender que foram recebidos R\$ 30.000.

Como o pagamento a fornecedores foi de R\$ 20.000, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais foi de  $30.000 - 20.000 = R\$ 10.000,00$ .

A compra de Imobilizado é Fluxo de Investimento.

**Gabarito: A**

**12**

Na Demonstração do Valor Adicionado, a despesa com aluguel, a energia elétrica consumida no período e o resultado positivo da equivalência patrimonial são evidenciados, respectivamente, como:

- a) insumos adquiridos de terceiros; insumos adquiridos de terceiros e remuneração do capital próprio.
- b) insumos adquiridos de terceiros; remuneração do capital de terceiros e valor adicionado recebido em transferência.
- c) remuneração do capital de terceiros; insumos adquiridos de terceiros e valor adicionado recebido em transferência.
- d) remuneração do capital de terceiros; remuneração do capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

**Comentários:**

Vamos classificar cada item, conforme determina o CPC 09:

- Despesa com aluguel: Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.
- Energia elétrica consumida no período: Insumos adquiridos de terceiros - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos, **devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não.**
- Resultado positivo da equivalência patrimonial: Valor Adicionado Recebido em transferência.

**Gabarito: C**

**13**

Uma Sociedade Empresária efetuou, em 31.12.2015, uma venda no valor de R\$40.000,00, para receber o valor em parcela única, com vencimento em cinco anos.

Caso a venda fosse efetuada à vista, de acordo com opção disponível, o valor da venda teria sido de

R\$24.836,85, o que corresponde a uma taxa de juros imputada de 10% ao ano, equivalente à taxa de juros de mercado.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE, o valor contábil atualizado de Contas a Receber decorrente dessa transação de venda, em 31.12.2016, é de:

- a) R\$40.000,00.
- b) R\$36.000,00.
- c) R\$27.320,54.
- d) R\$24.836,85.

**Comentários:**

De acordo com a NBC TG 12 – Ajuste a Valor presente, o valor dos ativos não circulantes DEVEM ser ajustados a valor presente. Deste modo a contabilização na data venda apresentada será:

D – Clientes	R\$ 40.000,00
C – Ajuste a valor presente Clientes	R\$ 15.163,15
C – Receita de Vendas	R\$ 24.836,85.

Portanto, o valor líquido de clientes é R\$24.836,85.

Porém, a questão solicitou o valor contábil atualizado de Contas a Receber decorrente dessa transação de venda, em 31.12.2016, isto é, um ano após a venda.

Para encontramos o valor atualizado basta multiplicar esse valor por (1+0,10), visto que a taxa de juros anual é de 10%.

Valor Atualizado =  $24.836,85 \times 1,10 = R\$27.320,54$

**Gabarito: C**

14

Marque a opção que apresenta o exemplo de propriedade para investimento, segundo a NBC TG 28 - Propriedade para Investimento.

- a) Propriedade ocupada pelo proprietário no aguardo de alienação.
- b) Propriedade utilizada na produção de mercadorias.
- c) Terrenos destinados à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda.
- d) Terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo, e não para venda a curto prazo, no curso ordinário dos negócios.

**Comentários:**

A letra a está incorreta. Se a propriedade está sendo utilizada pelo usuário, então não é propriedade para investimento, mas sim ativo imobilizado.

A letra b está incorreta pelo mesmo motivo.

A letra c está incorreta. Se o terreno é destinado à venda, então há que se falar em aluguel ou valorização, mas sim em estoque.

A letra d, por fim, é o gabarito e atende ao conceito que explicamos de propriedade para investimento.

**Gabarito: D.**

15

Uma indústria, constituída na forma de sociedade de capital aberto, adquiriu um terreno com objetivo de construir no futuro uma nova unidade fabril.

Assinale a opção que apresenta a norma que é aplicável ao terreno descrito.

- a) NBC TG 04 – Ativo Intangível.
- b) NBC TG 16 – Estoques.
- c) NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.
- d) NBC TG 28 – Propriedade para Investimento

**Comentários:**

Uma vez que será utilizada em uma unidade fabril, devemos classificar o terreno como ativo imobilizado.

**Gabarito: C**

16

A respeito do Intangível, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Serão classificados no Intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

II. Um Intangível deve ser reconhecido, inicialmente, pelos benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo, os quais serão gerados em favor da entidade.

III. Os benefícios econômicos futuros gerados por Intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Estão CERTOS os itens:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.

**Comentários:**

I. Serão classificados no Intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Item correto. Literalidade do artigo 179, IV.

II. Um Intangível deve ser reconhecido, inicialmente, pelos benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo, os quais serão gerados em favor da entidade.

Errado. O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

III. Os benefícios econômicos futuros gerados por Intangível podem incluir a receita da venda de

produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Correto. Conforme consta do item 17 do CPC 04: Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

### **Gabarito C**

#### **17**

Os ativos biológicos são definidos pela NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA como “um animal e/ou uma planta, vivos”.

A mesma Norma define produção agrícola como “produto colhido de ativo biológico da entidade”.

O ponto de colheita ou abate é o momento em que o ativo em questão passará a estar sob o escopo da NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, deixando de estar sob o escopo da NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA. Esse ponto é, portanto, o último em que o elemento será mensurado de acordo com o critério previsto na NBC TG 29 (R2).

Considerando-se o que dispõe a NBC TG 29 (R2) – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA e atendidos os requisitos de reconhecimento, o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado:

- a) alternativamente, ao custo ou ao Valor Realizável Líquido, dos dois o menor.
- b) alternativamente, ao custo ou ao Valor Reavaliado, dos dois o maior.
- c) obrigatoriamente, ao custo menos a exaustão.
- d) obrigatoriamente, ao valor justo, menos a despesa de venda

#### **Comentários:**

O ativo biológico deve ser mensurado prioritariamente pelo valor justo menos a despesa de venda. Se o valor justo não for mensurável confiavelmente, usa o custo menos a depreciação menos perdas por irrecoverabilidade.

Já o produto agrícola deve ser obrigatoriamente mensurado pelo valor justo menos a despesa de venda. O CPC 29 estabelece que há uma premissa de que o valor justo sempre pode ser mensurado de forma confiável, para o produto agrícola.

### **Gabarito: D**

#### **18**

No que se refere à NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, item 43, “a entidade é encorajada a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado”. Com base nessa informação e considerando a NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, são exemplos de ativos biológicos consumíveis, EXCETO:

- a) Plantações de milho e trigo.
- b) Árvores para a produção de madeira.

- c) Rebanhos de animais mantidos para a produção de carne.
- d) Plantas portadoras mantidas para produzirem frutos por mais de um período.

**Comentários:**

As plantas portadoras não são consumíveis. Isto é, você não vai consumir um pé de café, por exemplo. Logo, o nosso gabarito é a letra d.

As demais alternativas contêm exemplos de ativos biológicos consumíveis. Consumível não significa que você vai “comer” necessariamente o ativo biológico, mas será utilizado para outras finalidades. Milho e trigo vão virar comida.

Madeira pode ser consumida na produção de móveis.

Animais fornecerão carnes.

**Gabarito: D**

**19**

Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. A Sociedade Empresária pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas por essa Sociedade Empresária:

Mercado A

R\$ 59,00/saca → preço que seria recebido pela venda do produto agrícola.

R\$ 4,00/saca → custos de transação no Mercado A.

R\$ 4,00/saca → custos para transportar o produto agrícola a esse mercado.

Mercado B

R\$ 60,00/saca → preço que seria recebido pela venda do produto agrícola.

R\$ 6,00/saca → custos de transação no Mercado B.

R\$ 4,00/saca → custos para transportar o produto agrícola a esse mercado.

Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 50,00/saca.
- b) R\$ 51,00/saca.
- c) R\$ 55,00/saca.
- d) R\$ 56,00/saca.

**Comentários:**

Questão muito interessante!

Trata-se de produto agrícola! Conforme estudamos no CPC 29, os produtos agrícolas são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas no momento da colheita.

Temos que, inicialmente, descobrir em qual mercado o valor justo será mensurado para, somente depois, apurar esse valor justo.

A questão enfatiza que os dois mercados não são considerados principais para esse produto agrícola. Então, temos que procurar o mercado mais vantajoso, que é aquele que otimiza o retorno para o ativo.

O mercado mais vantajoso é encontrado pelo valor de venda menos os custos de transação, menos os custos de transporte. Segundo o CPC 46:

Mercado mais vantajoso: Mercado que maximiza o valor que seria recebido para vender o ativo ou que minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, após levar em consideração os custos de transação e os custos de transporte.

Assim, para a determinação do mercado mais vantajoso:

Mercado A:  $59 - 4 - 4 = 51$

Mercado B:  $60 - 6 - 4 = 50$

Portanto, o mercado A é o mais vantajoso e onde será mensurado o valor justo para o produto agrícola.

Visto este ponto de acordo com o CPC 46, agora vamos para a mensuração do valor justo.

24. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada no mercado principal (ou mais vantajoso) na data de mensuração nas condições atuais de mercado (ou seja, um preço de saída), independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado utilizando-se outra técnica de avaliação.

25. O preço no mercado principal (ou mais vantajoso) utilizado para mensurar o valor justo do ativo ou passivo não deve ser ajustado para refletir custos de transação. Os custos de transação devem ser contabilizados de acordo com outros Pronunciamentos. Os custos de transação não são uma característica de um ativo ou passivo; em vez disso, são específicos de uma transação e podem diferir dependendo de como a entidade realizar a transação para o ativo ou passivo.

26. Os custos de transação não incluem custos de transporte. Se a localização for uma característica do ativo (como pode ser o caso para, por exemplo, uma commodity), o preço no mercado principal (ou mais vantajoso) deve ser ajustado para refletir os custos, se houver, que seriam incorridos para transportar o ativo de seu local atual para esse mercado.

Portanto, sabendo que o valor justo será mensurado no Mercado A, temos que será encontrado com a subtração do preço de venda dos custos de transporte:  $R\$ 59 - 4 = R\$ 55,00$ .

Questão difícil.

**Gabarito: C.**

**20**

De acordo com a NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo, assinale a opção INCORRETA.

- a) O valor justo é uma mensuração baseada em mercado.
- b) O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- c) O valor justo caracteriza-se pelo reconhecimento de perdas estimadas nos estoques avaliados pelo valor realizável líquido.
- d) O valor em uso utilizado no teste de recuperabilidade de um ativo imobilizado desconsidera na sua

mensuração o Valor Justo.

**Comentários:**

a) O valor justo é uma mensuração baseada em mercado.

CERTO. Conforme o pronunciamento CPC 46: “2. O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade.”

b) O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

CERTO. Essa é a definição que consta no Pronunciamento CPC 46, e que difere um pouco da definição anterior.

c) O valor justo caracteriza-se pelo reconhecimento de perdas estimadas nos estoques avaliados pelo valor realizável líquido.

ERRADO. Conforme a Lei 6404/76:

§ 1o Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo:

(...)

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

O “Valor Justo” da Lei 6404/76 difere do Valor Justo do pronunciamento CPC 46, pois deduz as despesas necessárias para a venda (que incluem os custos de transação) e a margem de lucro.

Para o CPC 46, não se deduz os custos de transações e nem a margem de lucro, embora um custo específico do ativo, por exemplo custo de transporte, deva ser deduzido do cálculo do valor justo.

d) O valor em uso utilizado no teste de recuperabilidade de um ativo imobilizado desconsidera na sua mensuração o Valor Justo.

CERTO. Conforme o pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos: “18. Este Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.” E mais: “Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.”

Portanto, o valor justo é usado na mensuração do Valor líquido de Venda, mas não no Valor em Uso (perguntinha capciosa...).

**Gabarito: C**

**21**

O Ativo A apresenta os seguintes fluxos de caixa futuros possíveis no horizonte de um ano e suas respectivas probabilidades:

Fluxos de Caixa Futuros Possíveis	Probabilidades
R\$ 200,00	30%
R\$ 500,00	70%

Sabe-se que a taxa de juros livre de risco aplicável para fluxos de caixa futuros possíveis no horizonte de um ano é de 3% e o prêmio de risco sistemático para ativo com o mesmo perfil de risco é de 2%. Diante

dos dados apresentados e utilizando o Método 2 da Técnica de Valor Presente Esperado apontada na NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo, qual das alternativas a seguir indica o valor mais próximo do Valor Justo do Ativo A?

- a) R\$ 390,48
- b) R\$ 402,19
- c) R\$ 410,00
- d) R\$ 500,00

**Comentários:**

Esse é um tipo de questão que, na prova, eu me daria o luxo de pular ou deixar para o final.

Uma das formas de cálculo do valor justo, como abordagem de receita, é o cálculo do valor presente pela técnica do valor esperado (existem dois métodos).

Sobre o tema, temos que saber o seguinte:

B12. Os itens B13 a B30 descrevem o uso de técnicas de valor presente para mensurar o valor justo. Esses itens se concentram na técnica de ajuste de taxa de desconto e na técnica de fluxo de caixa esperado (valor presente esperado) (...).

Sabemos então que o valor presente envolve alguma taxa, não é mesmo?

Essa taxa, quando em uma operação mais arriscada, envolve tanto o valor dos juros propriamente ditos, como um prêmio de risco (que é um valor a mais por se suportar aquele risco).

O método 2 da técnica do valor presente esperado não faz o ajuste dessa taxa de risco. Portanto, para fins de cálculo do valor presente, você soma a taxa de juros e o prêmio de risco.

Fica assim:

Fluxos de Caixa Futuros Possíveis	Probabilidades	Valor provável
R\$ 200,00	30%	R\$ 60,00
R\$ 500,00	70%	R\$ 350,00

Portanto, o valor presente é de R\$ 410,00.

Sobre a taxa de juros, dissemos que neste método, você soma as duas taxas e traz a valor presente  $3\% + 2\% = 5\%$ .

Valor Nominal = Valor Presente x  $(1+i)^n$

Valor Presente = Valor Nominal/ $(1+i)^n$

Valor Presente =  $410/1,05 = R\$ 390,48$

Observação: No método 1, você ajusta a taxa, tirando o valor do risco. Nesse caso, utilizaria o valor de 3%.

**Gabarito: A.**

22

Acerca da NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como



passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

III. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que virão a ser realizados.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**Comentários:**

Comentemos item a item...

I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Item correto. As provisões são reconhecidas, pois a saída é provável, e desde que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

Item correto. O passivo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis.

III. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que virão a ser realizados.

Errado. O ativo contingente não deve ser reconhecido.

Portanto, I e II estão corretos.

**Gabarito: A**

**23**

De acordo com a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, assinale a opção que apresenta os custos diretamente atribuíveis a um ativo imobilizado.

- a) Custos administrativos e custos de abertura de nova instalação.
- b) Custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes.
- c) Custos de instalação e montagem e custos de preparação do local.
- d) Custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço.

**Comentários:**

Segundo o item 19 do CPC 27.

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Os custos que a empresa tem para instalar e montar, além de preparar o local são diretamente atribuíveis e por isso são somadas ao ativo imobilizado.

**Gabarito: C**

## 24

Uma empresa agroindustrial que tem o real como moeda funcional importou uma colheitadeira no valor de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares). Por ocasião do desembaraço aduaneiro, efetuado no dia 30 de abril, foram pagos tributos não recuperáveis no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). A colheitadeira foi usada ao longo do mês de maio. O pagamento foi acordado para ser efetuado em 30 de junho, ao final da colheita da safra.

As cotações hipotéticas do dólar no período são:

Data	Cotação do dólar
30 de abril	US\$ 1 = R\$ 3,30
30 de maio	US\$ 1 = R\$ 3,60
30 de junho	US\$ 1 = R\$ 4,00

Tendo em vista as informações apresentadas anteriormente bem como o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade sobre conversão de demonstrações contábeis e ativo imobilizado, é correto afirmar que deverá ser registrado o valor desta colheitadeira em 30 de abril:

- a) R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
- b) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
- c) R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
- d) R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

### **Comentários:**

A colheitadeira foi usada ao longo do mês de maio. Isso significa que no desembaraço aduaneiro ela já estava pronta para uso.

Portanto, nesta data, em 30 de abril, faremos a conversão para reais.

$US\$ 10.000,00 \times 3,30 = R\$ 33.000,00$ .

Além disso, há incidência de impostos no valor de R\$ 2.000,00 que devem ser acrescidos.

Portanto, o nosso gabarito é a letra b (35.000,00).

**Gabarito: B**

25

Um posto de combustível comercializa, por mês, aproximadamente 100.000 litros de etanol. Em determinado momento, constatou um índice de evaporação de 0,5% desse produto. O Conselho Nacional do Petróleo considera normal um índice de até 0,6% de evaporação. Segundo a NBC TG 16 (R1) – Estoques, o valor decorrente da evaporação é considerado:

- a) um desperdício e não pode ser contabilizado, exceto por determinação judicial.
- b) um passivo a ser reembolsado pelo fornecedor, visto que a evaporação é conhecida até pelo Código Tributário Nacional.
- c) uma perda de operações descontinuadas, e só pode ser contabilizada no período em que for formalmente confirmada a evaporação, por meio de medição.
- d) uma redução no resultado do período, visto que a evaporação é considerada normal e deve ser baixada do estoque periodicamente.

**Comentários:**

As perdas de produto acabado diminuem o resultado do período, independente de serem perdas normais ou não.

**Gabarito: D**

26

Em 30.6.2016, uma Indústria que atua no ramo de confecção adquiriu 5.000 metros de tecido por R\$50.000,00. Incorreu também em frete para transporte desse tecido, no valor de R\$10.000,00.

Durante o mês de julho de 2017, fabricou 2.000 unidades de um único produto, com 4.000 metros de tecido.

Além do tecido, também foram aplicados à produção os seguintes custos:

- Mão de obra direta das costureiras: R\$18,00 por unidade produzida.
- Depreciação das máquinas: R\$1.000,00 no mês, calculada pelo Método Linear.
- Mão de obra do supervisor de produção: R\$16.000,00 no mês.
- Aluguel mensal da área de produção: R\$3.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se os aspectos tributários, o total de Custos Variáveis aplicados a produção das 2.000 unidades, no mês de julho de 2017, foi de:

- a) R\$76.000,00.
- b) R\$80.000,00.
- c) R\$84.000,00.
- d) R\$96.000,00.

**Comentários:**

Vamos calcular os custos variáveis. Lembre-se, da aula de estoques, que o frete entre no custo da mercadoria.

Matéria prima (tecido):

**EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)**

$$R\$ 50.000 + \text{Frete } R\$ 10.000 = R\$ 60.000$$

$$R\$ 60.000/5.000 \text{ metros} = R\$ 12,00 \text{ por metro.}$$

A empresa usou 4.000 metros, portanto o custo com o tecido foi de  $R\$ 12,00 \times 4.000 \text{ metros} = R\$ 48.000$

A questão diz que esses 4.000 metros produziram 2.000 unidades.

Vamos ver os outros custos variáveis

$$\text{Mão de obra: } R\$ 18,00 \times 2.000 \text{ unidades} = R\$ 36.000$$

A depreciação linear das máquinas, a mão de obra do supervisor e o aluguel mensal são custos fixos. No custeio variável, o custo fixo vai diretamente para o resultado, como se fosse despesa. Não entra no custo do produto.

$$\text{Assim, para o custeio variável, temos: } MP \ R\$ 48.000 - MOD \ R\$ 36.000 = R\$ 84.000$$

**Gabarito: C**

**27**

A Companhia BETA fabrica um único tipo de produto e apresentou as seguintes informações em determinado período:

Quantidade Produzida:	16.000 unidades;
Custos Variáveis:	R\$ 200.000,00;
Custos Fixos:	R\$ 120.000,00;
Despesas Variáveis:	R\$ 70.000,00;
Despesas Fixas:	R\$ 30.000,00;
Quantidade Vendida:	11.000 unidades; e,
Preço de Venda Unitário:	R\$ 35,00.

De acordo com as informações anteriores e considerando o custeio por absorção, assinale a alternativa correspondente ao Resultado Bruto e ao Resultado Líquido do Período, respectivamente.

- a) R\$ 165.000,00; R\$ 27.500,00.
- b) R\$ 165.000,00; R\$ 65.000,00.
- c) R\$ 177.500,00; R\$ 27.500,00.
- d) R\$ 177.500,00; R\$ 65.000,00.

**Comentários:**

Vejam que a empresa começou 16.000 produtos, terminou, mas vendeu apenas 11.000 destes.

Outro detalhe é que as despesas, quer fixas, quer variáveis, vão para o resultado do exercício.

Custo unitário:

Custo fixo unitário: $120.000/16.000$	7,5
Custo variável unitário: $200.000/16.000$	12,5
Custo unitário total (7,5 + 12,5)	20,00
Custo do produto vendido $20 \times 11.000$	220.000

**EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)**

Agora vamos para a DRE

Receita de vendas (35 x 11.000)	385.000,00
(-) Custo do produto vendido	(220.000,00)
Lucro bruto	165.000,00
Despesas fixas e variáveis	(100.000,00)
Lucro líquido	65.000,00

**Gabarito: B.**

**28**

Uma Indústria fabrica os produtos "A", "B" e "C". No mês de fevereiro, apresentou as seguintes informações:

Informações	Produtos		
	"A"	"B"	"C"
Volume de produção acabada	200 unidades	100 unidades	
Volume de produção em elaboração			300 unidades
Matéria-prima consumida por unidade	R\$15,00	R\$20,00	R\$18,00

O gasto com mão de obra aplicada na produção dos três produtos nesse mês totalizou R\$ 25.500,00. Para efeitos de apuração do custo, a Indústria distribui esse gasto aos produtos de acordo com a quantidade produzida.

Informações adicionais:

- Não havia saldo inicial de produtos em elaboração
- Toda a matéria-prima necessária para produzir as unidades acabadas e em elaboração foi integralmente aplicada na produção
- No final do mês de fevereiro, a produção em elaboração do produto "C" está num estágio de 70% de acabamento em relação à mão de obra

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o Custo dos Produtos em Elaboração do Produto "C" no mês de fevereiro é de:

- a) R\$10.500,00.
- b) R\$12.750,00.
- c) R\$15.900,00.
- d) R\$18.150,00.

**Comentários:**

A banca menciona que o produto C está num estágio de mão de obra de 70% de acabamento. Assim, devemos considerar que já foi utilizado 100% de matéria prima (já que a questão não mencionou nada quanto ao grau de acabamento da matéria prima).

Temos gastos com matéria-prima e mão de obra.

Para achar o custo da matéria-prima para c é tranquilo:

Matéria prima – Produto C: 300 unidades x R\$ 18,00 = R\$ 5.400

Agora, precisamos achar o custo da mão de obra.

Mas devemos fazer o equivalente de produção.

Mão de obra Produto C: 300 unidades x 70% = 210 unidades

Rateio dos gastos com mão de obra:

Produto A	Produto B	Produto C	Total
200	100	210	510

Agora vamos dividir o custo total pela quantidade de unidades prontas. Teremos:

$R\$ 25.500/510 \text{ unidades} = R\$ 50 \text{ por unidade}$

Produto C = 210 unidades x R\$ 50 = R\$ 10.500

Custo do Produto C = R\$ 10.500 + R\$ 5.400 = R\$ 15.900

**Gabarito: C**

**29**

No mês de fevereiro de 2018, foi iniciada a produção de 5.000 unidades de um determinado produto, na empresa “Bem Aventura S/A”. Ao final do mês, 4.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 50%. O custo total de produção do período foi de R\$ 900.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados e o Custo de Produção dos Produtos em Processo são, respectivamente:

- a) R\$ 800.000,00 e R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 720.000,00 e R\$ 180.000,00.
- c) R\$ 900.000,00 e R\$ 0,00.
- d) R\$ 900.000,00 e R\$ 100.000,00.

**Comentários:**

1.000 unidades x 50% = 500 unidades

4000 + 500 = 4500 unidades

Custo unitário:  $R\$ 900.000/4.500 \text{ unidades} = R\$200 \text{ por unidade}$

Produtos acabados = 4.000 unidades x R\$200 = R\$ 800.000

Produtos em processos:  $1000 \times 50\% \times R\$ 200 = R\$ 100.000$  OU  $500 \text{ unidades} \times R\$200 = R\$100.000$  ou  $R\$ 900.000 - R\$ 800.000 = R\$ 100.000$

**Gabarito: A**

**30**

Uma empresa está fabricando e vendendo 5 mil unidades mensais de seu produto X. Seus custos e despesas mensais são:

- Fixos: R\$ 80.000,00.
- Variáveis: R\$ 300.000,00.

Determine o preço de venda unitário que a empresa deveria praticar, mantendo a mesma quantidade

fabricada e vendida, bem como os custos atuais, para obter o lucro operacional de 20% do preço de venda.

- a) R\$ 91,50.
- b) R\$ 92,50.
- c) R\$ 95,00.
- d) R\$ 93,00.

**Comentários:**

Lucro = Receitas - Custos

Lucro = 0,2 Preço de Venda (PV)

0,2 x Preço de Venda = 1 Preço de venda - 380.000

1 Preço de Venda – 0,2 Preço de Venda = 380.000

0,8 Preço de venda = 380.000

380.000/0,8 = Preço de venda

Preço de venda = 475.000

Mas isso é para 5.000 unidades.

O unitário é 475.000/5.000 = 95,00

**Gabarito: Letra C**

**31**

As receitas do setor público são classificadas em duas categorias econômicas: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. As Receitas Correntes correspondem a:

- a) receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, tributária e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- c) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- d) recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender receitas classificáveis em Receitas de Capital, e ainda o *superávit* do Orçamento Corrente.

**Comentários:**

Segundo o Art. 11 da Lei 4320/64, as receitas se classificam, na categoria econômica, de duas maneiras: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de

constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Portanto, a resposta da questão é a Letra A

**Gabarito: A**

**32**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as características qualitativas da informação incluída nos relatórios contábeis de propósito geral são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Assinale a alternativa correta em relação a uma das características qualitativas da informação.

- a) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração em diferentes períodos na entidade.
- b) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- c) A compreensibilidade implica que uma informação complexa e de difícil entendimento para usuários com conhecimento técnico e que conhecem as atividades da entidade deve ser excluída dos relatórios contábeis de propósito geral.
- d) A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos relatórios contábeis de propósito geral elaborados para aquele exercício.

**Comentários:**

a) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração em diferentes períodos na entidade.

Errado. A comparabilidade é a característica que permite os usuários compararem as informações contábeis das entidades, identificando seus desempenhos e suas posições financeiras e patrimoniais.

b) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão

Correto. A tempestividade leva em consideração o tempo de disponibilidade da informação confiável sem que ela perca sua relevância.

c) A compreensibilidade implica que uma informação complexa e de difícil entendimento para usuários com conhecimento técnico e que conhecem as atividades da entidade deve ser excluída dos relatórios contábeis de propósito geral

Errado. A compreensibilidade possui significado oposto ao trazido na questão. Essa qualidade permite que o usuário possa compreender as informações dispostas nas demonstrações contábeis.

d) A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos relatórios contábeis de propósito geral elaborados para aquele exercício.

Errado. A materialidade determina que apenas as informações realmente importantes, e que possam influenciar na tomada de decisões pelos usuários, sejam tratadas com mais rigor. Visando ao equilíbrio na relação custo/benefício para fornecimento das informações.



**Gabarito: B**

**33**

As despesas do setor público podem ser classificadas como despesas de capital e despesas correntes. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital que estão em utilização devem ser classificadas como:

- a) Despesas de capital – investimentos.
- b) Despesas correntes – despesas de custeio.
- c) Despesas de capital – inversões financeiras.
- d) Despesas correntes – transferências correntes.

**Comentários:**

Segundo o Art. 12 da Lei 4320/64, as despesas serão classificadas na categoria econômica:

DESPESAS CORRENTES:

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

**Gabarito: C**

**34**

Em 30.6.2017, uma Sociedade Empresária tomou um empréstimo bancário no valor de R\$100.000,00 que deverá ser pago em 30.12.2017.

A taxa de juros composta para a operação foi fixada pelo banco em 3% ao mês, capitalizada mensalmente.

Na data da liberação da operação, o banco cobrou uma taxa administrativa de liberação de contrato no valor de R\$2.000,00, e o valor creditado na conta corrente bancária da Sociedade Empresária foi de R\$98.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor que mais se aproxima do valor a ser pago pela Sociedade Empresária em 30.12.2017 é:

- a) R\$115.640,00.
- b) R\$117.017,13.
- c) R\$118.000,00.
- d) R\$119.405,23.

**Comentários:**

É só calcular o valor futuro através da fórmula dos juros compostos.

Cabe lembrar que os juros incidem sobre os R\$ 100.000,00.

$$VF = VP \times (1 + i)^n$$

$$VF = 100.000 \times (1 + 0,03)^6$$

$$VF = 100.000 \times (1,03)^6$$

$$VF = 100.000 * 1,1941$$

$$VF = 119.405,23$$

**Gabarito: D**

**35**

O art.966 da Lei n.o 10.406, de 10.1.2002, que institui o Código Civil, afirma:

Em relação à capacidade do empresário, julgue as afirmativas a seguir, classificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F), e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

( ) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer a atividade de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

( ) O incapaz, mesmo que por meio de representante legal ou devidamente assistido, não poderá continuar a sociedade empresária, e sua participação no capital social da empresa deverá ser transferida para um tutor nomeado judicialmente.

( ) Os cônjuges casados em regime da comunhão universal de bens podem contratar sociedade entre si, sendo vedada a alienação dos imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.

**Comentários:**

Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer a atividade de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.

Item correto, conforme tudo o que já estudamos até aqui.

O incapaz, mesmo que por meio de representante legal ou devidamente assistido, não poderá continuar a sociedade empresária, e sua participação no capital social da empresa deverá ser transferida para um tutor nomeado judicialmente.

O item está incorreto. O incapaz pode dar continuidade à empresa, mas nunca dar início.

Os cônjuges casados em regime da comunhão universal de bens podem contratar sociedade entre si, sendo vedada a alienação dos imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.

Incorreto. Comunhão universal e separação obrigatória não podem contratar sociedade entre si.

**Gabarito: D**

36

De acordo com o Código Tributário Nacional, considere as situações que extinguem o crédito tributário, apresentadas nos itens abaixo, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento.
- II. A decisão judicial passada em julgado.
- III. A consignação em pagamento.
- IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Estão CORRETAS as situações apresentadas nos itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.

**Comentário:**

As alternativas I, II e III trazem exemplos de modalidades de extinção do crédito tributário. Portanto, é a nossa resposta. A alternativa IV traz uma hipótese de suspensão do crédito tributário, logo, incorreta.

São hipóteses de suspensão do crédito tributário de acordo com o CTN:

<b>Moratória</b>
<b>Depósito do Montante Integral</b>
<b>Recurso Administrativo</b>
<b>Reclamação</b>
<b>Liminar em concessão de Mandado de Segurança</b>
<b>Liminar em outras ações judiciais</b>
<b>Parcelamento</b>

Segundo o CTN, são hipóteses de extinção do crédito tributário:

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV – remissão;
- V - a prescrição e a decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º;
- VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164;
- IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória
- X - a decisão judicial passada em julgado.
- XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei. (Incluído pela

Lcp nº 104, de 2001) (Vide Lei nº 13.259, de 2016)

São hipóteses de exclusão do crédito tributário a isenção e a anistia.

**Gabarito: B**

**37**

Assinale a opção que apresenta o tributo cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

- a) Contribuição de Melhoria.
- b) Empréstimo Compulsório.
- c) Imposto.
- d) Taxa.

**Comentário:**

O enunciado falou sobre valorização imobiliária decorrente de obra pública? Contribuição de Melhoria. Esse tributo é de competência comum entre os entes federativos, e sua instituição caberá ao ente que realizar a obra.

**Gabarito: A**

**38**

O crédito tributário constituído na forma da legislação tributária será extinto, EXCETO:

- a) pela dação em pagamento em bens imóveis.
- b) pelo pagamento.
- c) pela decisão judicial passada em julgado.
- d) pelo parcelamento.

**Comentário:**

No enunciado da questão, o examinador pede uma hipótese que não constitua forma de extinção do crédito tributário. O que devemos levar para prova? As hipóteses de suspensão (MORDERR e LIMPAR) e de exclusão (Isenção e Anistia) do crédito tributário. Portanto, a letra D seria a resposta. Já que o Parcelamento representa uma possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito.

**Gabarito: D**

**39**

Com base na referida NBC TG Estrutura Conceitual, reconhecimento envolve a descrição do item, a mensuração do seu montante monetário e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Segundo a norma, os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. A falta de reconhecimento de tais itens não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas nem tampouco pelas notas explicativas ou material elucidativo. Referente ao assunto intitulado reconhecimento à luz da referida norma, assinale a alternativa INCORRETA.

a) As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando ocasionarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o aumento de um ativo ou a diminuição de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).

b) A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com o aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga).

c) Um ativo não deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente. Ao invés disso, tal transação deve ser reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Esse tratamento não implica dizer que a intenção da administração ao incorrer nos gastos não tenha sido a de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade ou que a administração tenha sido mal conduzida. A única implicação é que o grau de certeza quanto à geração de benefícios econômicos para a entidade, além do período contábil corrente, é insuficiente para garantir o reconhecimento do ativo.

d) Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. Na prática, as obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos de modo proporcional – proportionately unperformed (por exemplo, passivos decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias ainda não recebidos) – não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis. Contudo, tais obrigações podem enquadrar-se na definição de passivos caso sejam atendidos os critérios de reconhecimento nas circunstâncias específicas, e podem qualificar-se para reconhecimento. Nesses casos, o reconhecimento dos passivos exige o reconhecimento dos correspondentes ativos ou despesas.

### **Comentários:**

a) As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando ocasionarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, ~~relacionado com o aumento de um ativo ou a diminuição de um passivo~~, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).

Aqui está o erro. As despesas são relacionadas com diminuição de ativo ou aumento de passivo.

As demais alternativas estão de acordo com o que expusemos no módulo de CPC 00.

**Gabarito: A**

40

À luz da NBC TG Estrutura Conceitual, mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração. Ainda, segundo a norma, um número variado de

bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Sobre este assunto, analise as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Custo histórico. Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

( ) Custo corrente. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

( ) Valor realizável (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

( ) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A sequência está correta em

- a) F, F, F, F.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, V.

### **Comentários:**

Vamos resolver essa questão através da utilização das palavras chaves citadas na aula.

(F) Custo histórico. Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes ~~fossem adquiridos na data do balanço~~. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Adquiridos na data do balanço = Custo corrente e não custo histórico.

(F) Custo corrente. Os ativos são registrados pelos ~~montantes pagos~~ em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Montante pago ou a pagar = Custo histórico.

(V) Valor realizável (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua **venda em forma ordenada**. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes

obrigações no curso normal das operações.

A palavra chave para valor realizável é venda de forma ordenada. Item, portanto, correto.

(V) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

Valor presente = Fluxo de caixa descontado.

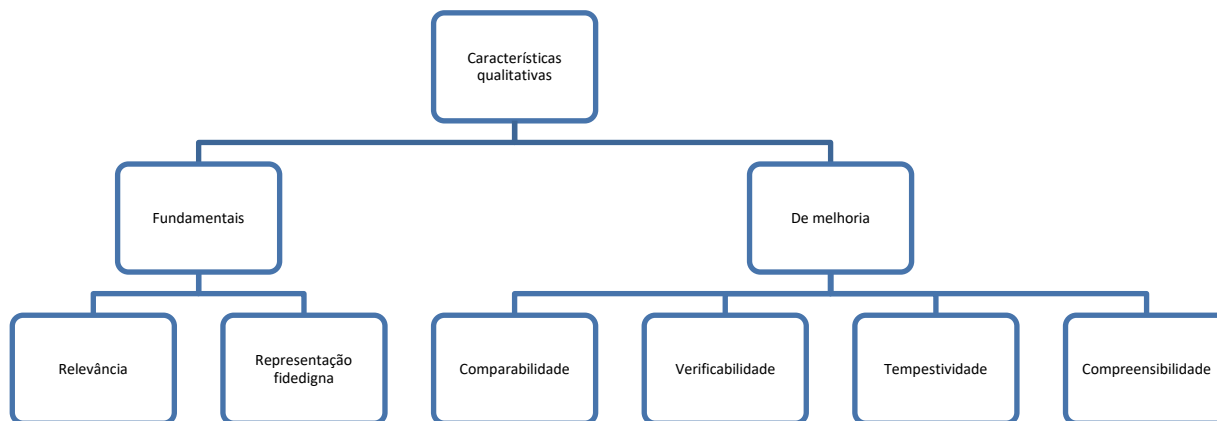
**Gabarito: B**

41

As características qualitativas de melhoria são atributos que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno. Nesse sentido, pode-se afirmar que fora desse contexto conceitual encontra-se:

- a) Verificabilidade.
- b) Comparabilidade.
- c) Conservadorismo.
- d) Compreensibilidade.

**Comentários:**



Portanto, o conservadorismo não integra o rol das características qualitativas de melhoria.

**Gabarito: C**

42

Com base na conduta do profissional da Contabilidade estabelecida no Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, julgue as situações apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I Em 15.4.2013, o contador foi contratado para assumir a contabilidade de um grupo empresarial. O contador contratado exigiu que, na publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2012, elaboradas, supervisionadas, fiscalizadas e assinadas pelo contador anterior, apresentadas em

20.4.2013, fosse divulgado o seu nome como responsável técnico.

II Uma empresa de serviços contábeis colocou como cláusula de seus contratos de prestação de serviços contábeis o seguinte: “Cláusula 5ª. Na hipótese de inadimplência, a contratada se reserva no direito de não devolver a documentação da contratante até que o débito esteja totalmente quitado.” Com base nesta cláusula, o contador estabeleceu que toda a documentação dos clientes inadimplentes deve permanecer retida no escritório, aguardando o pagamento das parcelas do serviço em aberto.

III Um contador se recusou a assinar uma demonstração contábil, pois foi efetuado registro contábil, autorizado pela administração, que implicava a produção de uma informação em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Infringe(m) o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC a(s) situações descrita(s) no(s) item (ns):

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

**Comentários:**

I Em 15.4.2013, o contador foi contratado para assumir a contabilidade de um grupo empresarial. O contador contratado exigiu que, na publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2012, elaboradas, supervisionadas, fiscalizadas e assinadas pelo contador anterior, apresentadas em 20.4.2013, fosse divulgado o seu nome como responsável técnico.

Errado, conforme vimos, jamais o profissional de Contabilidade deve apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios.

II Uma empresa de serviços contábeis colocou como cláusula de seus contratos de prestação de serviços contábeis o seguinte: “Cláusula 5ª. Na hipótese de inadimplência, a contratada se reserva no direito de não devolver a documentação da contratante até que o débito esteja totalmente quitado.” Com base nesta cláusula, o contador estabeleceu que toda a documentação dos clientes inadimplentes deve permanecer retida no escritório, aguardando o pagamento das parcelas do serviço em aberto.

Errado. É vedado ao Profissional da Contabilidade reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda. A inadimplência do cliente não dá aval ao contabilista para não devolva a documentação da contratante até que o débito esteja totalmente quitado.

III Um contador se recusou a assinar uma demonstração contábil, pois foi efetuado registro contábil, autorizado pela administração, que implicava a produção de uma informação em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Correto, ao contabilista é vedado executar trabalhos técnicos contábeis sem observância das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

**Gabarito: D**

43

Descumpre o Código de Ética Profissional do Contador, o profissional que:

- a) escritura apenas o livro caixa para empresas, cuja escrituração contábil é dispensada pela autoridade tributária.



- b) estabelece valores diferenciados de honorários nos contratos, em função do porte do cliente e do tempo necessário para atendê-lo.
- c) publica anúncios em jornal de grande circulação, com indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos e trabalhos realizados.
- d) recusa encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar os interesses da profissão.

**Comentários:**

Vamos analisar as alternativas:

a) escritura apenas o livro caixa para empresas, cuja escrituração contábil é dispensada pela autoridade tributária.

DESCUMPRE. Portanto, esse é o nosso gabarito.

4. São deveres do contador:

(a) exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

b) estabelece valores diferenciados de honorários nos contratos, em função do porte do cliente e do tempo necessário para atendê-lo.

Errado. Vários critérios são considerados na fixação dos honorários, entre eles o porte do cliente (quanto maior, mais trabalho) e o tempo para atendê-lo (quanto mais tempo, você deixa de pegar outros trabalhos).

c) publica anúncios em jornal de grande circulação, com indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos e trabalhos realizados.

Errado. Títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes (se autorizado), pode anunciar.

d) recusa encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar os interesses da profissão.

Cumpe o código. Se o colega desistiu do encargo profissional para preservar os interesses da profissão, outro contador também deverá desistir, para também preservar os interesses da profissão.

**Gabarito: A**

**44**

A legislação que regula a profissão contábil estabelece diversos direitos e deveres a serem observados pelos profissionais da classe contábil. Dentre os deveres previstos pela norma, é vedado ao contador:

- a) Publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- b) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos e especializações por ele obtidos.
- c) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, tendo a anuência por escrito do cliente.
- d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.

**Comentários:**

Analisemos item a item...

a) Publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.

Errado. Se o trabalho está sendo feito sob sua responsabilidade, não há qualquer óbice em publicar. O que não pode é publicar sem que seja responsável.

b) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos e especializações por ele obtidos.

Errado. É permitido fazer essa indicação, desde que de forma moderada e discreta.

c) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, tendo a anuência por escrito do cliente.

Errado, é permitido transferir o trabalho, tendo anuência **escrita** do cliente.

d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.

Este é o nosso gabarito.

**Os proventos devem vir sempre de fonte lícita!**

**Gabarito: D**

45

O Art. 156 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - indica a necessidade de formação de cadastro de peritos mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado, como condição para a escolha do perito nomeado em um processo judicial. Prevê ainda o referido dispositivo legal outras condições. Acerca desse assunto julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.

II. Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.

III. Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.

Estão CERTOS os itens:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III, apenas.

**Comentários:**

Para resolvê-la temos que conhecer a literalidade do art.156 do Código de Processo Civil:

Art. 156. § 1o Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

§ 2o Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados. (Assertiva I)

§ 3o Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados. (Assertiva II)

§ 4o Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade.

§ 5o Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia. (Assertiva III)

**Gabarito: C**

**46**

Na questão da Perícia judicial em Contabilidade, na esfera cível, o assistente técnico é um profissional que se faz presente. Aponte a afirmativa correta.

- a) O assistente técnico atua na condição de auxiliar do juízo, por ser de inteira confiança deste.
- b) O assistente técnico atua na condição de auxiliar das partes, independentemente de quem o indicou, após o devido deferimento do juízo.
- c) O assistente técnico atua na condição de auxiliar do perito judicial, após o devido deferimento do juízo.
- d) O assistente técnico atua na condição de auxiliar de quem o indicou, após o devido deferimento do juízo.
- e) O assistente técnico é nomeado pelo juízo, para colaborar na perícia, auxiliando o perito.

**Comentários:**

A missão dos assistentes técnicos é atuar como elemento de **confiança das partes**, acompanhando a realização do trabalho do perito. Portanto, **não se aplicam** a eles as causas de **impedimento e suspeição** previstas para os peritos.

Os assistentes técnicos também auxiliam as partes na elaboração dos quesitos, isto é, perguntas, que serão respondidas pelo perito no laudo pericial. A formulação de quesitos é tema importantíssimo e será trabalhado com detalhes ao longo do curso.

O trabalho do assistente técnico é materializado através do **parecer técnico**, que pode corroborar ou discordar do laudo apresentado pelo perito.

Portanto, está correto o que diz a alternativa D, pois o assistente técnico atua na condição de auxiliar de quem o indicou, após o devido deferimento do juízo.

**Gabarito: D**

47

A NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria descreve os procedimentos de auditoria que podem ser utilizados como procedimentos de avaliação de riscos, testes de controles ou procedimentos substantivos, dependendo do contexto em que sejam aplicados pelo auditor. Diante do exposto, analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Inspeção: envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo. A inspeção de registros e documentos fornece evidência de auditoria com graus variáveis de confiabilidade, dependendo de sua natureza e fonte e, no caso de registros internos e documentos, da eficácia dos controles sobre a sua produção. Um exemplo de inspeção utilizada como teste é a inspeção de registros em busca de evidência de autorização.

( ) Indagação: consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. A indagação é utilizada extensamente em toda a auditoria, além de outros procedimentos de auditoria. As indagações podem incluir desde indagações escritas formais até indagações orais informais. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do processo de indagação.

( ) Observação: consiste no exame de processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade. A observação fornece evidência de auditoria a respeito da execução de processo ou procedimento, mas é limitada ao ponto no tempo em que a observação ocorre e pelo fato de que o ato de ser observado pode afetar a maneira como o processo ou procedimento é executado.

( ) Procedimentos analíticos: consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.

A sequência está correta em

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, V, F.

**Comentários:**

**( ) Inspeção: envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo. A inspeção de registros e documentos fornece evidência de auditoria com graus variáveis de confiabilidade, dependendo de sua natureza e fonte e, no caso de registros internos e documentos, da eficácia dos controles sobre a sua produção. Um exemplo de inspeção utilizada como teste é a inspeção de registros em busca de evidência de autorização.**

**Correto.** Literalidade do artigo A14 da NBC TA 500.

**( ) Indagação: consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. A indagação é utilizada extensamente em toda a auditoria, além de outros procedimentos de auditoria. As indagações podem incluir desde indagações escritas formais até indagações orais informais. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do**

processo de indagação.

**Correto.** Literalidade do artigo A22 da NBC TA 500.

( ) **Observação:** consiste no exame de processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade. A observação fornece evidência de auditoria a respeito da execução de processo ou procedimento, mas é limitada ao ponto no tempo em que a observação ocorre e pelo fato de que o ato de ser observado pode afetar a maneira como o processo ou procedimento é executado.

**Errado.** Este é o conceito de reexecução previsto no item A20 da NBC TA 500.

( ) **Procedimentos analíticos:** consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.

Item correto. Literalidade do artigo A21 da NBC TA 500.

**Gabarito: A**

48

A NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria apresenta vários termos e com seus respectivos significados. Diante do exposto, analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Informação contábil histórica: informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado.

( ) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

( ) Administração: pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade. Isso inclui a supervisão geral do processo de relatório financeiro. Para algumas entidades, os responsáveis pela governança podem incluir empregados da administração, por exemplo, membros executivos de conselho de governança de uma entidade do setor privado ou público, ou sócio-diretor.

( ) Distorção: diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. As distorções podem originar-se de erro ou fraude. Quando o auditor expressa uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as distorções também incluem os ajustes de valor, classificação, apresentação ou divulgação que, no julgamento do auditor, são necessários para que as demonstrações contábeis estejam apresentadas, adequadamente, em todos os aspectos relevantes.

A sequência está correta em

a) F, V, F, F.

b) V, F, F, V.

c) F, V, V, F.

d) F, V, F, V.

**Comentários:**

**(V) Informação contábil histórica: informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado.**

Correto! É o teor do item 13. (g) da NBC TA 200.

Mesmo que você não soubesse do que trata a questão, pelo bom senso, conseguiria perceber que é V. Assim, já teria o gabarito. Letra b.

**(F) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.**

Incorreto! Segundo o item 13. (l) da NBC TA 200:

Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

**(F) Administração: pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade. Isso inclui a supervisão geral do processo de relatório financeiro. Para algumas entidades, os responsáveis pela governança podem incluir empregados da administração, por exemplo, membros executivos de conselho de governança de uma entidade do setor privado ou público, ou sócio-diretor.**

Incorreto! Segundo o item 13. (h) da NBC TA 200:

Administração é a pessoa com responsabilidade executiva pela condução das operações da entidade. Para algumas entidades, como no Brasil, a administração inclui alguns ou todos os responsáveis pela governança, por exemplo, membros executivos de um conselho de governança, ou sócio-diretor.

**(V) Distorção: diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. As distorções podem originar-se de erro ou fraude. Quando o auditor expressa uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as distorções também incluem os ajustes de valor, classificação, apresentação ou divulgação que, no julgamento do auditor, são necessários para que as demonstrações contábeis estejam apresentadas, adequadamente, em todos os aspectos relevantes.**

Correto! Literalidade do item “13. (i)” da NBC TA 200.

Sendo assim, a sequência correta é V, F, F, V.

**Gabarito: B**

Leia o texto para responder à questão a seguir.

Quão rara é a Terra?

Agora que temos a certeza de que existe um número enorme de planetas com características físicas semelhantes às da Terra, vale perguntar se eles têm, de fato, a chance de abrigar formas de vida e, se tiverem, que vida seria essa.

Antes, alguns números importantes. Os melhores dados com relação à existência de outros planetas vêm do satélite da NASA Kepler, que anda buscando planetas como a Terra mapeando 100 mil estrelas na nossa região cósmica.

Pelo desenho da missão, a identificação dos planetas usa um efeito chamado de trânsito: quando um planeta passa em frente à sua estrela (por exemplo, Vênus passando em frente ao Sol) o brilho da estrela é ligeiramente diminuído.

Marcando o tempo que demora para o planeta passar em frente à estrela, a diminuição do brilho e, se possível, o período da órbita (quando o planeta retorna ao seu ponto inicial), é possível determinar o tamanho e massa do planeta.

Com isso, a missão estima que cerca de 5,4% de planetas na nossa galáxia têm massa semelhante à da Terra e, possivelmente, estão na zona habitável, o que significa que a temperatura na sua superfície permite a existência de água líquida (se houver água lá). Como sabemos que o número de estrelas na nossa galáxia é em torno de 200 bilhões, a estimativa da missão Kepler implica que devem existir em torno de 10 bilhões de planetas com dimensões semelhantes às da Terra.

Nada mal, se supusermos que basta isso para que exista vida. Porém, a situação é bem mais complexa e depende das propriedades da vida e, em particular, da história geológica do planeta.

Aqui na Terra, a vida surgiu 3,5 bilhões de anos atrás. Porém, durante aproximadamente 3 bilhões de anos, a vida aqui era constituída essencialmente de seres unicelulares, pouco sofisticados. Digamos, um planeta de amebas.

Apenas quando a atmosfera da Terra foi “oxigenada”, e isso devido à “descoberta” da fotossíntese por essas bactérias (cianobactérias, na verdade), é que seres multicelulares surgiram.

Essa mudança também gerou algo de muito importante: quando o oxigênio atmosférico sofreu a ação da radiação solar é que se formou a camada de ozônio que acaba por proteger a superfície do planeta. Sem essa proteção, a vida complexa na superfície seria inviável.

Fora isso, a Terra tem uma lua pesada, o que estabiliza o seu eixo de rotação: a Terra é como um pião que está por cair, rodopiando em torno de si mesma numa inclinação de 23,5 graus.

Esta inclinação é a responsável pelas estações do ano e por manter o clima da Terra relativamente agradável. Sem nossa Lua, o eixo de rotação teria um movimento caótico e a temperatura variaria de forma aleatória.

Juntemos a isso o campo magnético terrestre, que nos protege também da radiação solar e de outras formas de radiação letal que vêm do espaço, e o movimento das placas tectônicas, que funciona como um termostato terrestre e regula a circulação de gás carbônico na atmosfera, e vemos que são muitas as propriedades que fazem o nosso planeta especial.

Portanto, mesmo que existam outras “Terras” pela galáxia, defendendo ainda a raridade do nosso planeta e da vida complexa que nele existe.

(Marcelo Gleiser – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleiser/1172152-quao-rara-e-a-terra.shtml>.)

49

O autor converge no texto informações de diferentes naturezas para compor o texto. Tomando tais informações por referência, tem-se que o tema central do texto é:

- a) as características astrofísicas da Terra.
- b) as especificidades da Terra em relação a outros astros.
- c) as possibilidades de se encontrar vida em outros planetas.
- d) as formas de se mensurar os fatores necessários para existência de vida em um astro.

**Comentários:**

O autor defende que, mesmo havendo a possibilidade de existência de vida em outros planetas, a Terra apresenta características específicas em relação aos outros astros. Ele traz, como argumentos, exemplos de fenômenos que permitiram que a Terra se tornasse um planeta único, na visão do autor.

*Portanto, mesmo que existam outras "Terras" pela galáxia, defendo ainda a raridade do nosso planeta e da vida complexa que nele existe.*

**Gabarito: B**

50

A técnica de identificação aos planetas buscados na missão conduzida pelo satélite da NASA Kepler se vale da correlação entre quais elementos para categorizar um planeta?

- a) Tamanho e massa do planeta.
- b) Dimensão e densidade do planeta.
- c) Redução da irradiação da estrela e tempo de transição da estrela pelo planeta.
- d) Elevação da claridade da estrela e duração da passagem da estrela pelo planeta.

**Comentários:**

Analisando o trecho abaixo, podemos perceber que a diminuição do brilho e o tempo de trânsito do planeta são os elementos utilizados para identificar o tamanho e a massa do planeta e, com isso, categorizá-los. Ou seja, sem essas informações, não seria possível o cálculo de tamanho e massa do planeta e, conseqüentemente, sua classificação.

*Marcando o tempo que demora para o planeta passar em frente à estrela, a diminuição do brilho e, se possível, o período da órbita (quando o planeta retorna ao seu ponto inicial), é possível determinar o tamanho e massa do planeta.*

**Gabarito:C**



## GABARITO

1-C	26-C
2-A	27-B
3-C	28-C
4-C	29-A
5-B	30-C
6- C	31-A
7-A	32-B
8-B	33-C
9-A	34-D
10-B	35-D
11-A	36-B
12-C	37-A
13-C	38-D
14-D	39-A
15-C	40-B
16-C	41-C
17-D	42-D
18-D	43-A
19-C	44-D
20-C	45-C
21-A	46-D
22-A	47-A
23-C	48-B
24-B	49-B
25-D	50-C